

Build the
through

FUTURE

SUSTAINABLE

POWER.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2026 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do terceiro trimestre (“3T26”) e dos nove meses (“9M26”) de 2026. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

- 46,7% e -10,0% nos Custos e Despesas Gerenciáveis (Opex) no 3T e 9M 2026 vs. ano anterior
- +38,4% e +18,8% no EBITDA no 3T e 9M 2026 vs. ano anterior
- Investimentos totalizaram R\$ 551,2 milhões no 3T26 e R\$ 1,4 bilhão nos 9M26 (+34,5% e +34,3% vs ano anterior)
- +0,73 p.p em Arrecadação em Set/2026 versus Set/2025 (LTM), atingindo 97,15%
- Incremento de +38,6% nos colaboradores próprios e de +2,5% nos colaboradores terceirizados, com um total de +1.166 pessoas, ratificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede.

DESTAQUES DO PERÍODO

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Líquida (R\$ mil)	2.395.359	2.404.848	-0,4%	7.579.444	6.971.901	8,7%
Margem Bruta (R\$ mil)	667.544	724.933	-7,9%	2.418.302	2.322.333	4,1%
Custos e despesas gerenciáveis - Opex (R\$ mil) (1)	(210.350)	(394.595)	-46,7%	(1.060.712)	(1.179.124)	-10,0%
EBITDA (2) (R\$ mil)	457.194	330.338	38,4%	1.357.590	1.143.209	18,8%
Margem EBITDA (%)	19,09%	13,74%	5,35 p.p	17,91%	16,40%	1,51 p.p
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(225.921)	(257.855)	-12,4%	(760.893)	(696.607)	9,2%
Lucro Líquido (R\$ mil)	66.647	(108.801)	<-100,0%	114.956	(126.361)	<-100,0%
Margem Líquida (%)	2,78%	-4,52%	7,30 p.p	1,52%	-1,81%	3,33 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	2.661	2.586	2,9%	8.780	8.777	0,0%
CAPEX (R\$ mil)	551.191	409.821	34,5%	1.430.285	1.064.598	34,3%
Dívida Líquida (R\$ mil)	5.735.401	5.108.355	12,3%	5.735.401	5.108.355	12,3%
DEC (12 meses)	7,98	7,72	3,4%	7,98	7,72	3,4%
FEC (12 meses)	4,01	4,29	-6,5%	4,01	4,29	-6,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,15%	96,42%	0,73 p.p	97,15%	96,42%	0,73 p.p
Perdas de Energia (12 meses)	27,24%	26,79%	0,45 p.p	27,24%	26,79%	0,45 p.p
PMSO (3) / Consumidores Efetivos Faturados	110,54	29,40	>100,0%	205,41	111,40	84,4%

(1) Exclui custo de construção, Depreciação e Amortização (D&A). (2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

Prorrogação da Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O Decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão.

Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão. Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no referido Decreto.

Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel Distribuição Rio (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024).

Em 16 de outubro de 2025, a Consultoria Jurídica junto ao MME, por meio do Parecer nº 350/2025/CONJUR-MME/CGU/AGU, manifestou-se favoravelmente à prorrogação da concessão, concluindo pela regularidade jurídico-formal do processo e pelo deferimento do requerimento apresentado pela Enel Rio.

Apesar de não ser uma etapa obrigatória e de não estar prevista no Decreto 12.068/2024, o MME encaminhou o caso da Enel Distribuição Rio ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise.

Em 9 de setembro de 2026, o TCU deliberou no procedimento esclarecendo que não havia óbice para que o Ministério de Minas e Energia prosseguisse com o tramite da renovação da Enel RJ e, naquele momento se absteve de emitir uma conclusão sobre a prorrogação da concessão, determinando que a ANEEL, no prazo de 120 dias, conclua a fiscalização referente ao ano de 2022 a março de 2023 e realize a fiscalização dos indicadores de qualidade até 2024

Em 14 de setembro de 2026, a ANEEL concluiu e arquivou a fiscalização dos indicadores de qualidade referentes ao período de janeiro de 2022 a março de 2023, sem a identificação de qualquer inconsistência na apuração dos indicadores, conforme Nota Técnica nº 146/2026-SFT/ANEEL. O reconhecimento da conformidade dos indicadores de 2022 legitima a elegibilidade da renovação da Enel RJ com base no Decreto nº 12.068/2024 que regulamentou as renovações das concessões, uma vez que elimina qualquer eventual possibilidade de descumprimento por três anos consecutivos no período de avaliação de 2020 a 2024, assegurando o atendimento ao critério de continuidade previsto no referido decreto. Dessa forma, a Companhia considera atendidos todos os requisitos legais, regulatórios e técnicos para a prorrogação da concessão.

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,9 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

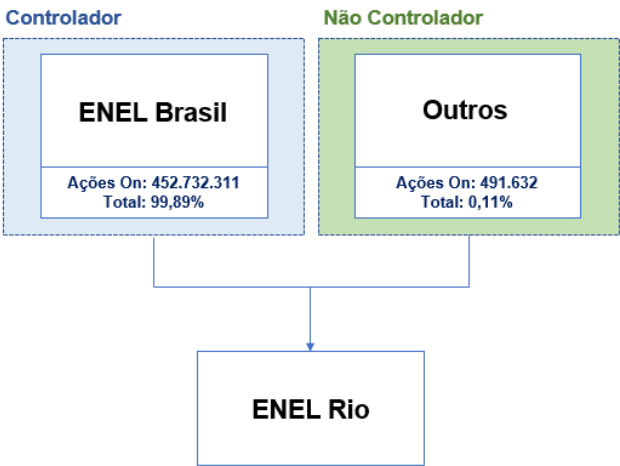
	3T26	3T25	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.857	59.393	0,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.758	3.764	-0,2%
Subestações (Unid.)	128	128	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.550	11.714	-1,4%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,39%	3,41%	-0,02 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,01%	2,08%	-0,07 p.p

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE
(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2026



¹ Número de Habitantes de acordo com a última estimativa realizada pelo IBGE em 2026.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Mercado Cativo	3.110.185	3.123.824	-0,4%	3.110.185	3.123.824	-0,4%
Residencial - Convencional	2.327.368	2.235.945	4,1%	2.327.368	2.235.945	4,1%
Residencial - Baixa Renda	549.290	657.664	-16,5%	549.290	657.664	-16,5%
Industrial	3.086	3.154	-2,2%	3.086	3.154	-2,2%
Comercial	146.451	142.334	2,9%	146.451	142.334	2,9%
Rural	63.326	64.388	-1,6%	63.326	64.388	-1,6%
Setor Público	20.664	20.339	1,6%	20.664	20.339	1,6%
Cientes Livres	4.886	4.331	12,8%	4.886	4.331	12,8%
Industrial	611	542	12,7%	611	542	12,7%
Comercial	3.832	3.412	12,3%	3.832	3.412	12,3%
Rural	39	38	2,6%	39	38	2,6%
Setor Público	381	323	18,0%	381	323	18,0%
Residencial	23	16	43,8%	23	16	43,8%
Revenda	12	13	-7,7%	12	13	-7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.115.083	3.128.168	-0,4%	3.115.083	3.128.168	-0,4%
Consumo Próprio	960	925	3,8%	960	925	3,8%
Total - Número de Consumidores	3.116.043	3.129.093	-0,4%	3.115.083	3.128.168	-0,4%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

O número de consumidores efetivos faturados no mercado cativo permaneceu praticamente estável quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

O segmento residencial convencional segue registrando aumento de clientes, impulsionado pelo crescimento orgânico, além da migração de clientes do segmento residencial baixa renda.

A queda observada na classe residencial baixa renda está relacionada ao descadastramento de clientes após o processo de revisão cadastral realizado pelo Governo Federal. A iniciativa cruza informações do CadÚnico com outras bases de dados federais para identificar inconsistências cadastrais. Quando os dados não são confirmados ou atualizados pelos beneficiários, eles deixam de atender aos critérios para enquadramento na tarifa social de baixa renda.

Já os clientes livres, continuaram apresentando tendência de crescimento, com aumento de 12,8% no período, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Mercado Cativo	1.555	1.538	1,1%	5.347	5.502	-2,8%
Cientes Livres	993	936	6,1%	3.095	2.939	5,3%
Revenda	104	103	1,0%	313	309	1,3%
Consumo Próprio	8	9	-11,1%	25	26	-3,8%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.661	2.586	2,9%	8.780	8.777	0,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Residencial - Convencional	841	796	5,7%	2.972	2.874	3,4%
Residencial - Baixa Renda	226	238	-5,0%	764	896	-14,7%
Industrial	18	21	-14,3%	52	69	-24,6%
Comercial	221	222	-0,5%	755	810	-6,8%
Rural	28	29	-3,4%	88	94	-6,4%
Setor Público	221	233	-5,2%	716	760	-5,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.555	1.538	1,1%	5.347	5.502	-2,8%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

O total de venda de energia no mercado cativo registrou crescimento de 1,1% no trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela classe residencial convencional, onde o consumo foi positivamente influenciado por temperaturas superiores ao mesmo período do ano anterior. Já a classe residencial baixa renda apresentou retração no consumo, relacionado à redução do número de clientes em tal classe, conforme mencionado anteriormente.

Para as demais classes, a redução observada decorre principalmente do efeito da migração para o mercado livre.

No acumulado do ano, o consumo do mercado cativo apresentou retração de 2,8% versus o ano anterior, devido efeito da migração para o mercado livre, além da influência de temperaturas mais amenas, que impactam especialmente as classes residencial e comercial.

Destaca-se que o aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Industrial	558	529	5,5%	1.665	1.615	3,1%
Comercial	303	277	9,4%	999	920	8,6%
Rural	25	23	8,7%	83	81	2,5%
Setor Público	106	105	1,0%	342	319	7,2%
Residencial	2	2	-	6	5	20,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	993	936	6,1%	3.095	2.939	5,3%

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 6,1% no trimestre e 5,3% no acumulado do ano comparado ao mesmo período do ano passado, com crescimento em praticamente todas as classes de consumo, principalmente em razão do crescimento do número de clientes, impulsionado pela migração para o mercado livre, que permanece em constante crescimento.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Itaipu	445	461	-3,5%	1.319	916	44,0%
Angra I e II	40	93	-57,0%	135	462	-70,8%
PROINFA	41	40	2,5%	122	126	-3,2%
Leilão e Quotas	2.336	2.310	1,1%	7.311	7.388	-1,0%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.862	2.904	-1,4%	8.887	8.892	-0,1%
Liquidação na CCEE	(378)	(566)	-33,2%	(372)	(628)	-40,8%
Total - Compra de Energia	2.484	2.338	6,2%	8.515	8.264	3,0%

Balanço de Energia*

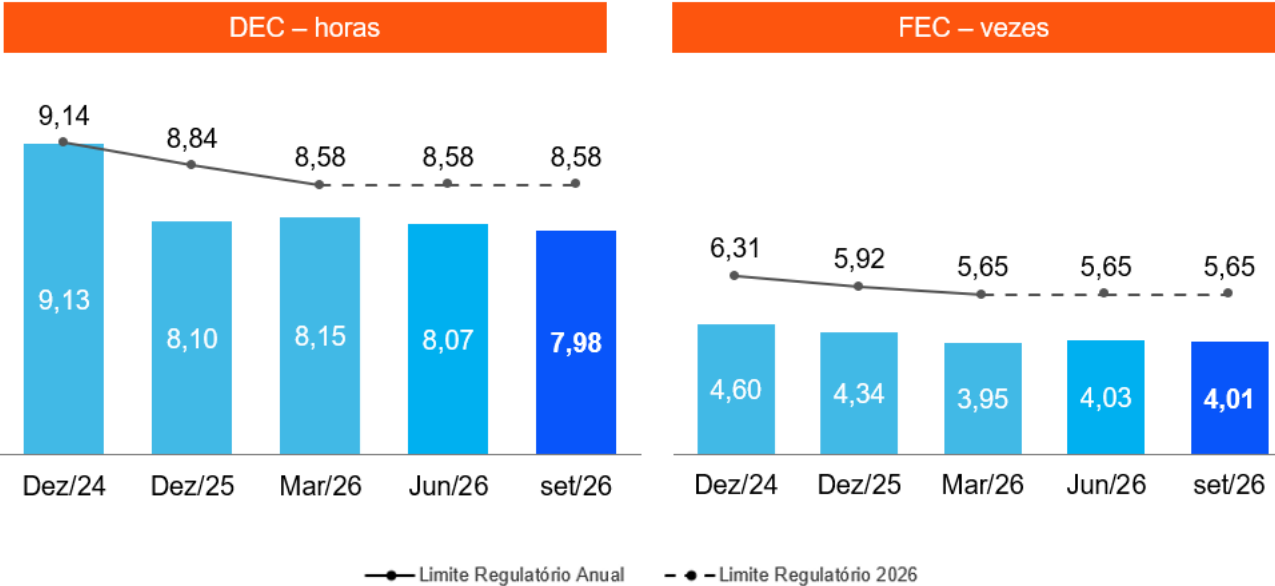
BALANÇO DE ENERGIA

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Energia requerida (GWh)	3.812	3.583	6,4%	12.591	12.329	2,1%
Energia fornecida (GWh)	2.809	2.707	3,8%	9.311	9.190	1,3%
Mercado Cativo	1.711	1.667	2,6%	5.904	5.941	-0,6%
Mercado Livre	1.098	1.039	5,7%	3.407	3.249	4,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	1.003	876	14,5%	3.280	3.139	4,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	26,32%	24,45%	1,87 p.p	26,05%	25,46%	0,59 p.p

* Dados operacionais prévios referente ao 3T26.

4 INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento³



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

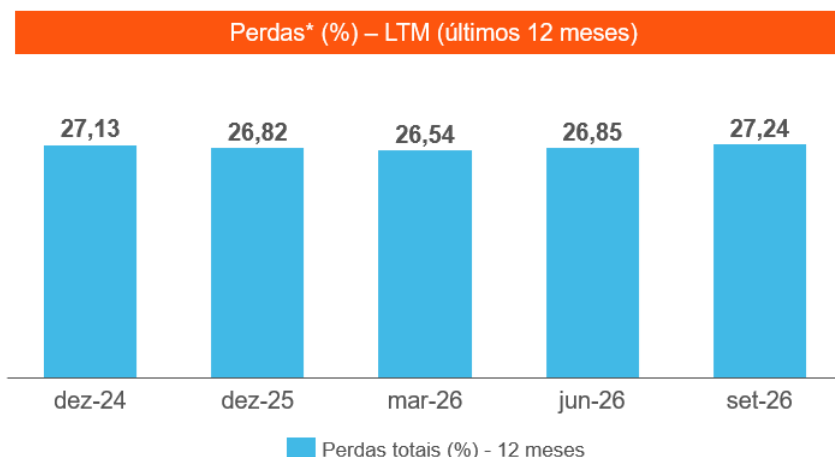
Considerando os últimos 12 meses (LTM), o indicador DEC atingiu 7,98 horas em setembro/2026, seguindo a tendência de redução observada desde 2024. Já o FEC ficou em 4,01x no mesmo período, também com tendência de redução ao longo dos anos.

Esses resultados refletem, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

- Digitalização da rede, por meio da ampliação dos equipamentos telecontrolados, aumentando a automação e reduzindo o tempo de recomposição do sistema;
- Substituição e modernização de cabos de média e alta tensão, elevando a confiabilidade da rede elétrica;
- Plano de melhoria do TMAE (Tempo Médio de Atendimento), com foco na redução do tempo de restabelecimento;
- Projeto de primarização das equipes de emergência, poda e manutenção, proporcionando maior agilidade e eficiência operacional;
- Ampliação das ações preventivas, incluindo podas, lavagem de rede, inspeções e manutenções preventivas, reduzindo a incidência de falhas e aumentando a confiabilidade do fornecimento.

³ Dados operacionais prévios, sujeitos a alterações posteriores.

Disciplina de Mercado⁴



*Os indicadores de perdas apresentados foram calculados considerando a metodologia que reflete a mudança regulatória proposta pela ANEEL no Despacho ANEEL nº 684/2025, incorporando os resultados da Consulta Pública nº 09/2024, que dentre outras alterações, adota a energia medida como base de comparação, em vez da energia faturada.

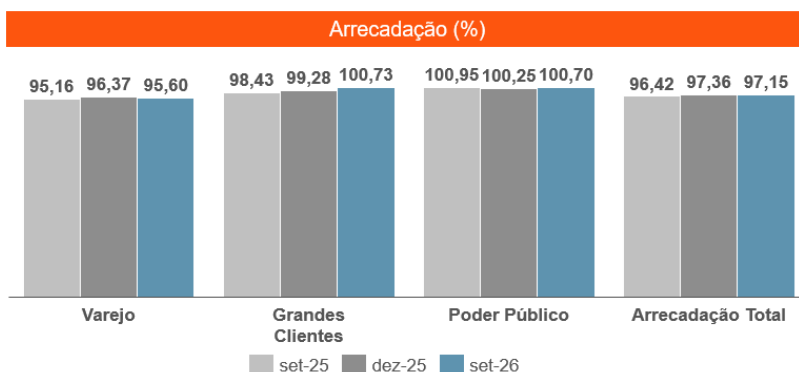
As perdas de energia dos últimos 12 meses (LTM) alcançaram o valor de 27,24% em setembro/2026, um aumento de 0,42 p.p. em relação às perdas registradas em dezembro/2025 que foram de 26,82%.

As perdas não técnicas na área de risco, que representam 60,1% do total, registraram aumento +0,92 p.p. quando comparadas com dezembro/2025. As perdas fora da área de risco foram reduzidas em -0,50 p.p., em relação ao mesmo período, mantendo a tendência de redução observada nos últimos anos e refletindo as medidas adotadas pela Companhia nessas localidades.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forçando a medição; (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular; (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia, obteve-se um incremento no mercado faturado de 314 GWh de energia ao final de setembro, considerando os últimos 12 meses.

Arrecadação

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses (LTM) e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



Em relação ao indicador de arrecadação, houve crescimento de 0,73 ponto percentual no 3T26 versus 3T25, com evolução em particular do segmento de grandes clientes, devido à melhor performance das ações de cobrança e aumento de faturamento decorrente do reajuste tarifário anual ocorrido em março/26.

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica) /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:

- Realização de 763 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- Negativações de 7,3 milhões de faturas;
- 73,3 milhões de interações com clientes, realizadas por meio de robôs, contato humano ou WhatsApp, por intermédio das assessorias de cobrança;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- Negociações para 101 mil consumidores;

Além disso, a Enel Rio disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, Pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (R\$, MIL)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Operacional Líquida excl. receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.864.500	1.981.088	-5,9%	5.799.567	5.584.727	3,8%
Custos e despesas não gerenciáveis ¹	(1.234.262)	(1.317.629)	-6,3%	(3.749.062)	(3.557.365)	5,4%
Margem Bruta antes da atualização do ativo financeiro da concessão	630.238	663.459	-5,0%	2.050.505	2.027.362	1,1%
Atualização do ativo financeiro da concessão	37.306	61.474	-39,3%	367.797	294.971	24,7%
Margem Bruta	667.544	724.933	-7,9%	2.418.302	2.322.333	4,1%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção e D&A (Opex)	(210.350)	(394.595)	-46,7%	(1.060.712)	(1.179.124)	-10,0%
EBITDA	457.194	330.338	38,4%	1.357.590	1.143.209	18,8%
Depreciação e Amortização	(148.249)	(258.714)	-42,7%	(489.998)	(714.277)	-31,4%
Resultado Financeiro	(225.921)	(257.855)	-12,4%	(760.893)	(696.607)	9,2%
IR/CS	(16.377)	77.430	<-100,0%	8.257	141.314	-94,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	66.647	(108.801)	<-100,0%	114.956	(126.361)	<-100,0%

¹ Inclui Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão

Receita Operacional Líquida

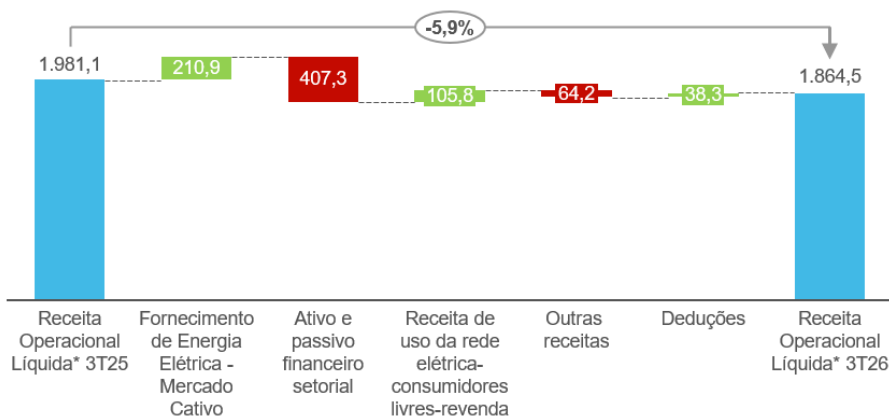
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	2.074.147	1.885.286	10,0%	6.799.075	6.360.457	6,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(27.825)	(29.723)	-6,4%	(76.955)	(76.666)	0,4%
Subvenções - Baixa renda e CDE	226.831	206.707	9,7%	710.786	605.021	17,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.273.153	2.062.270	10,2%	7.432.906	6.888.812	7,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	243.713	651.045	-62,6%	630.212	792.402	-20,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	422.612	316.803	33,4%	1.156.717	1.002.039	15,4%
Outras Receitas	95.124	159.360	-40,3%	200.306	281.466	-28,8%
Receita Operacional Bruta¹	3.034.602	3.189.478	-4,9%	9.420.141	8.964.719	5,1%
Tributos	(842.619)	(747.859)	12,7%	(2.650.910)	(2.398.764)	10,5%
Encargos Setoriais	(327.483)	(460.531)	-28,9%	(969.664)	(981.228)	-1,2%
Receita Operacional Líquida antes da Receita de Construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.864.500	1.981.088	-5,9%	5.799.567	5.584.727	3,8%
Receita de construção	493.553	362.286	36,2%	1.412.080	1.092.203	29,3%
Atualização do ativo financeiro da concessão	37.306	61.474	-39,3%	367.797	294.971	24,7%
Receita Operacional Líquida	2.395.359	2.404.848	-0,4%	7.579.444	6.971.901	8,7%

¹ Desconsiderando Receita de Construção e Atualização do Ativo Financeiro da Concessão

A receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, totalizou **R\$ 1,9 bilhão no 3T26**, representando uma redução de **5,9% (R\$ 116,6 milhões)**, em relação ao mesmo período do ano anterior, quando atingiu **R\$ 2,0 bilhões**. Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

Receita Operacional Líquida – 3T26 vs. 3T25



*Receita Operacional Líquida antes da receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão

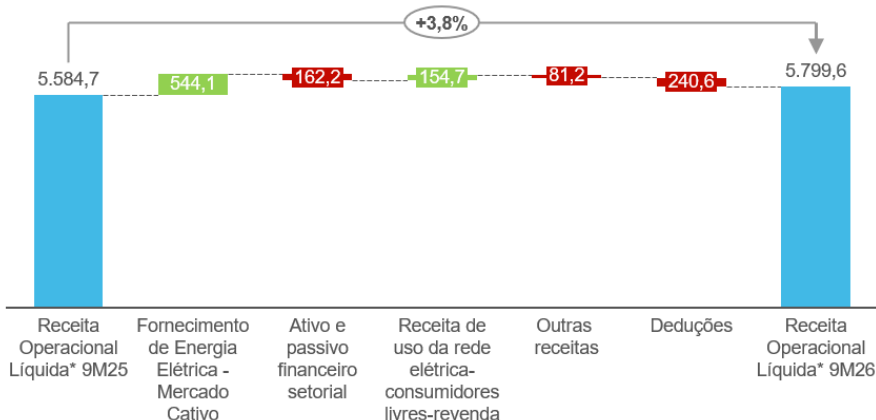
- **Redução de R\$ 407,3 milhões** na rubrica **Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**, relacionada à menor constituição de CVA em conjunto com uma maior amortização no período relacionada ao ciclo anterior;
- **Redução de R\$ 64,2 milhões** em **Outras Receitas**, decorrente do menor preço da energia vendida no mercado de curto prazo, reflexo da redução do PLD no 3T26 em comparação ao 3T25;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- **Aumento de R\$ 210,9 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, explicado pela maior tarifa média vigente no período, decorrente do reajuste tarifário vigente a partir de março 2026 (15,46%) versus o reajuste tarifário do ciclo anterior (0,27%);
- **Aumento de R\$ 105,8 milhões** na linha **Receita de Uso da Rede Elétrica – Consumidores Livres (Revenda)**, explicado pelo crescimento do número de consumidores e do consumo de energia nessa classe.

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, apresentou crescimento de **3,8%**, equivalente a **R\$ 214,8 milhões**, em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando **R\$ 5,8 bilhões**. Destacam-se, na comparação entre **9M26 e 9M25**, as seguintes variações nos componentes da receita operacional líquida:

Receita Operacional Líquida – 9M26 vs. 9M25



*Receita Operacional Líquida antes da receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão

- **Aumento de R\$ 544,1 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, explicado pela maior tarifa média vigente no período, decorrente do reajuste tarifário vigente a partir de março 2026 (**15,46%**) **versus o reajuste tarifário do ciclo anterior (0,27%)**;
- **Aumento de R\$ 154,7 milhões** na linha **Receita de Uso da Rede Elétrica – Consumidores Livres (Revenda)**, decorrente do crescimento da base de consumidores livres e do consumo de energia nesse segmento;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- **Redução de R\$ 162,2 milhões** na linha **Ativos e passivos financeiros setoriais** relacionado principalmente ao aumento da amortização no período referente ao ciclo anterior. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo: (i) aumento da constituição de CVA ativo no período em razão do maior custo com compra de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas e do aumento dos encargos setoriais, especialmente da CDE, e (ii) o efeito positivo da neutralidade da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores considerada na tarifa;
- **Aumento de R\$ 240,6 milhões** nas **deduções** de tributos e encargos setoriais nos 9M26 em relação aos 9M25, decorrente principalmente dos aumentos de R\$ 185,7 milhões no ICMS e de R\$ 78,6 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), este último associado à elevação da cota homologada em agosto de 2025;
- **Redução de R\$ 81,2 milhões** em **Outras Receitas**, decorrente do menor preço da energia vendida no mercado de curto prazo, reflexo da redução do PLD nos 9M26 em comparação aos 9M25.

Custos e Despesas Operacionais

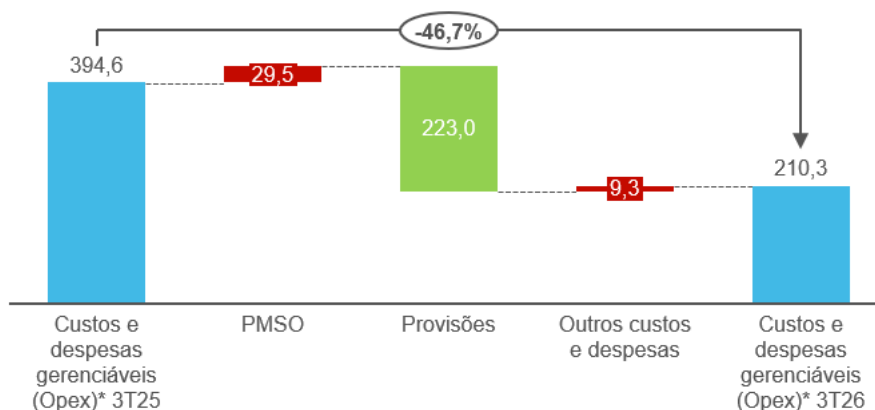
CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.234.262)	(1.317.629)	-6,3%	(3.749.062)	(3.557.365)	5,4%
Custos e despesas não gerenciáveis	(1.234.262)	(1.317.629)	-6,3%	(3.749.062)	(3.557.365)	5,4%
Pessoal	(93.438)	(62.209)	50,2%	(271.565)	(178.865)	51,8%
Desp de Pessoal	(131.812)	(98.624)	33,7%	(388.663)	(283.626)	37,0%
Capitalização de Pessoal	38.374	36.416	5,4%	117.098	104.761	11,8%
Material	(26.820)	4.019	<-100,0%	(49.887)	(13.664)	>100,0%
Serviços de Terceiros	(154.075)	(196.469)	-21,6%	(534.861)	(549.306)	-2,6%
Outras receitas/despesas operacionais	(17.723)	(7.922)	>100,0%	(40.459)	(63.629)	-36,4%
PMSO	(292.056)	(262.581)	11,2%	(896.772)	(805.464)	11,3%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda de Recebíveis	91.200	(123.150)	<-100,0%	(154.745)	(342.352)	-54,8%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(38.818)	(47.447)	-18,2%	(102.147)	(114.635)	-10,9%
Provisões	52.382	(170.597)	<-100,0%	(256.892)	(456.987)	-43,8%
Receita de multas por impontualidade de clientes	29.324	38.583	-24,0%	92.952	83.327	11,6%
Outros custos e despesas	29.324	38.583	-24,0%	92.952	83.327	11,6%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção e D&A (Opex)	(210.350)	(394.595)	-46,7%	(1.060.712)	(1.179.124)	-10,0%
Depreciação e Amortização (D&A)	(148.249)	(258.714)	-42,7%	(489.998)	(714.277)	-31,4%
Custo de Construção	(493.553)	(362.286)	36,2%	(1.412.080)	(1.092.203)	29,3%
Custos e despesas gerenciáveis	(852.152)	(1.015.595)	-16,1%	(2.962.790)	(2.985.604)	-0,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.086.414)	(2.333.224)	-10,6%	(6.711.852)	(6.542.969)	2,6%

Os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** somaram **R\$ 1.234,3 milhões**, montante **6,3% (R\$ 83,4 milhões)** inferior ao registrado no 3T25, em função principalmente da redução de **R\$ 157,1 milhões** na rubrica de **energia elétrica comprada para revenda**, parcialmente compensada por um aumento de **R\$ 73,7 milhões** nos encargos de uso do sistema de transmissão.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), registraram uma redução de **R\$ 184,3 milhões**. Destacam-se as seguintes variações no período:

Custos e despesas gerenciáveis – 3T25 vs. 3T26



*Custos e despesas gerenciáveis antes do custo de construção e D&A (Opex)

Redução de R\$ 223,0 milhões em provisões, reflexo basicamente da redução de **R\$ 214,4 milhões** nas rubricas de **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)** e **Perda de Recebíveis**, explicada principalmente por uma atualização de parâmetros e premissas na mensuração das perdas associadas às contas a receber de clientes. A revisão considerou informações históricas mais recentes e as expectativas de recuperação das carteiras, com destaque para a atualização dos parâmetros relacionados à perda em caso de inadimplência.

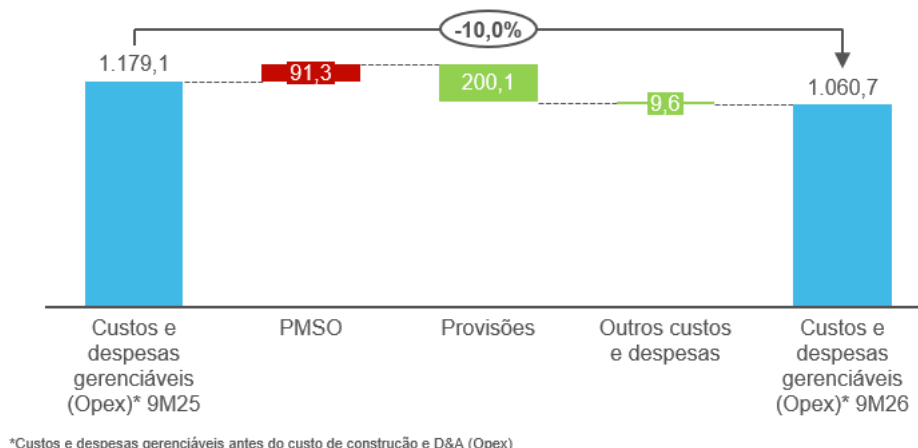
Esse efeito foi parcialmente compensado por um **aumento de R\$ 29,5 milhões no PMSO** (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros), em decorrência de:

- **Aumento de R\$ 31,2 milhões nas Despesas de pessoal** em função do projeto *insourcing* que prevê a ampliação da contratação de colaboradores próprios;
- **Aumento de R\$ 30,8 milhões em Materiais** decorrente de maiores gastos com materiais destinados às atividades de atendimento emergencial e do maior volume de capitalização no 3T25, que impactou a base de comparação;
- **Redução de R\$ 42,4 milhões em Serviços de Terceiros**, decorrente principalmente da maior capitalização no 3T26 em comparação ao 3T25 e contribuição adicional da redução de gastos proporcionada pela internalização de atividades. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos gastos com manutenção corretiva no período.

No acumulado do ano, os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** totalizaram **R\$ 3,7 bilhões**, resultado **5,4%** ou **R\$ 191,7 milhões** superior em relação ao mesmo período em 2025, decorrente principalmente do **Aumento de R\$ 175,3 milhões** na rubrica de **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão**.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), apresentaram redução de **R\$ 118,4 milhões nos 9M26 em relação aos 9M25**. As principais variações podem ser explicadas por:

Custos e despesas gerenciáveis – 9M25 vs. 9M26

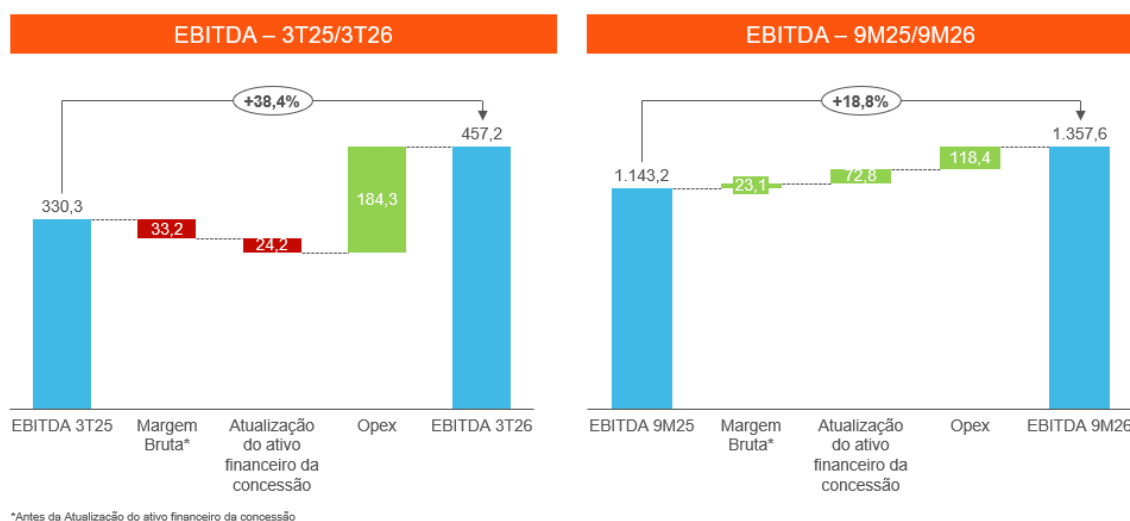


- **Redução de R\$ 200,1 milhões em provisões**, refletindo basicamente a redução das rubricas de PCLD e Perda de Recebíveis, explicada principalmente por uma atualização de parâmetros e premissas na mensuração das perdas associadas às contas a receber de clientes.

Esse efeito foi parcialmente compensado por um **aumento de R\$ 91,3 milhões no PMSO** (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros), em decorrência de:

- **Aumento de R\$ 92,7 milhões nas Despesas de pessoal** em função do projeto *insourcing*, com a ampliação da contratação de colaboradores próprios.
- **Aumento de R\$ 36,2 milhões em Materiais** decorrente de maiores gastos com materiais destinados às atividades de atendimento emergencial e do maior volume de capitalização nos 9M25, que impactou a base de comparação.
- **Redução de R\$ 23,2 milhões em Outras receitas/despesas operacionais** decorrente principalmente de redução de despesas relacionadas a seguros nos 9M25, que ainda não foram realizadas em 2026.

EBITDA



O **EBITDA da Companhia totalizou R\$ 457,2 milhões no 3T26**, um aumento de **R\$ 126,9 milhões** em relação ao 3T25. O principal fator foi a **redução de R\$ 184,3 milhões no Opex**, impulsionada pela queda de R\$ 214,4 milhões nas rubricas de PCLD e Perda de Recebíveis. Essa queda decorreu principalmente por uma atualização de parâmetros e premissas na mensuração das perdas associadas às contas a receber de clientes.

Esse benefício foi parcialmente compensado por dois efeitos: (i) **redução de R\$ 33,2 milhões na margem bruta**, decorrente da maior participação de consumidores com tarifas menores no mix de fornecimento, do aumento das perdas no trimestre em relação ao 3T25 e de itens não neutros na tarifa relacionados à Parcela A; e (ii) **redução de R\$ 24,2 milhões na atualização do ativo financeiro da concessão**, em razão da desaceleração do IPCA no 3T26 em comparação ao 3T25.

Nos 9M26, o **EBITDA da Companhia atingiu R\$ 1,4 bilhão**, um aumento de **18,8%** ou **R\$ 214,4 milhões** em relação aos 9M25. Esse crescimento decorreu dos seguintes fatores:

- **Redução de R\$ 118,4 milhões no Opex** (custos e despesas operacionais, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização), decorrente da queda nas rubricas de PCLD e Perda de Recebíveis, conforme explicado anteriormente;
- **Aumento de R\$ 72,8 milhões na atualização do ativo financeiro da concessão**, decorrente da expansão da base de ativos, cujo efeito foi intensificado pela proximidade do término da concessão, e da maior inflação no período, que elevou a atualização monetária do ativo;
- **Aumento de R\$ 23,1 milhões na margem operacional**, decorrente principalmente do efeito tarifário associado à atualização da Parcela B pela inflação.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita de aplicações financeiras	3.298	3.379	-2,4%	13.864	13.223	4,8%
Despesas líquidas relacionadas à dívida (1)	(218.314)	(200.571)	8,8%	(599.658)	(522.598)	14,7%
Outros resultados financeiros não relacionados à dívida	(10.905)	(60.663)	-82,0%	(175.099)	(187.232)	-6,5%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	9.347	8.642	8,2%	28.686	28.303	1,4%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial (líquidas)	57.562	14.841	>100,0%	77.596	11.077	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(20.814)	(35.206)	-40,9%	(88.944)	(123.702)	-28,1%
Encargos fundo de pensão	(10.468)	(4.390)	>100,0%	(31.405)	(10.575)	>100,0%
Variações monetárias e cambiais - outros	458	79	>100,0%	1.182	(2.611)	<-100,0%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(46.990)	(44.629)	5,3%	(162.214)	(89.724)	80,8%
Resultado Financeiro	(225.921)	(257.855)	-12,4%	(760.893)	(696.607)	9,2%

(1) Despesas líquidas relacionadas à dívida = Encargos de dívida e variações monetárias + variações cambiais + instrumentos financeiros derivativos + marcação a mercado da dívida

A Companhia registrou **despesa financeira líquida de R\$ 225,9 milhões no 3T26**, uma redução de **R\$ 31,9 milhões** em relação ao 3T25. A melhora decorreu principalmente da **redução de R\$ 49,8 milhões nas despesas financeiras líquidas não relacionadas à dívida**, com destaque para os seguintes efeitos:

- **Aumento de R\$ 42,7 milhões na receita líquida com atualização de ativos e passivos financeiros setoriais**;
- **Redução de R\$ 14,4 milhões nas despesas com atualização de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**, associada à redução do número de processos com perda provável e dos pagamentos referentes a esses processos;
- Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo **aumento de R\$ 6,1 milhões nos encargos relacionados ao fundo de pensão**, decorrente da atualização das premissas atuariais para refletir mudanças nas condições de mercado.

Em contrapartida, as **despesas líquidas relacionadas à dívida aumentaram R\$ 17,7 milhões**, em razão da elevação do saldo médio da dívida entre os períodos.

Nos 9M26, a Companhia registrou **despesa financeira líquida de R\$ 760,9 milhões**, um aumento de **R\$ 64,3 milhões** em relação aos 9M25. A variação decorreu principalmente do **aumento de R\$ 77,1 milhões nas despesas líquidas relacionadas à dívida**, associado à elevação do custo médio do endividamento, influenciada pelo CDI para o período (**10,45% nos 9M26, ante 10,30% nos 9M25**), e ao crescimento da dívida média (**R\$ 4.783 milhões nos 9M26, ante R\$ 4.166 milhões nos 9M25**).

Esse aumento foi parcialmente compensado pela **redução de R\$ 12,1 milhões nas despesas financeiras líquidas não relacionadas à dívida**, com destaque para os seguintes efeitos positivos:

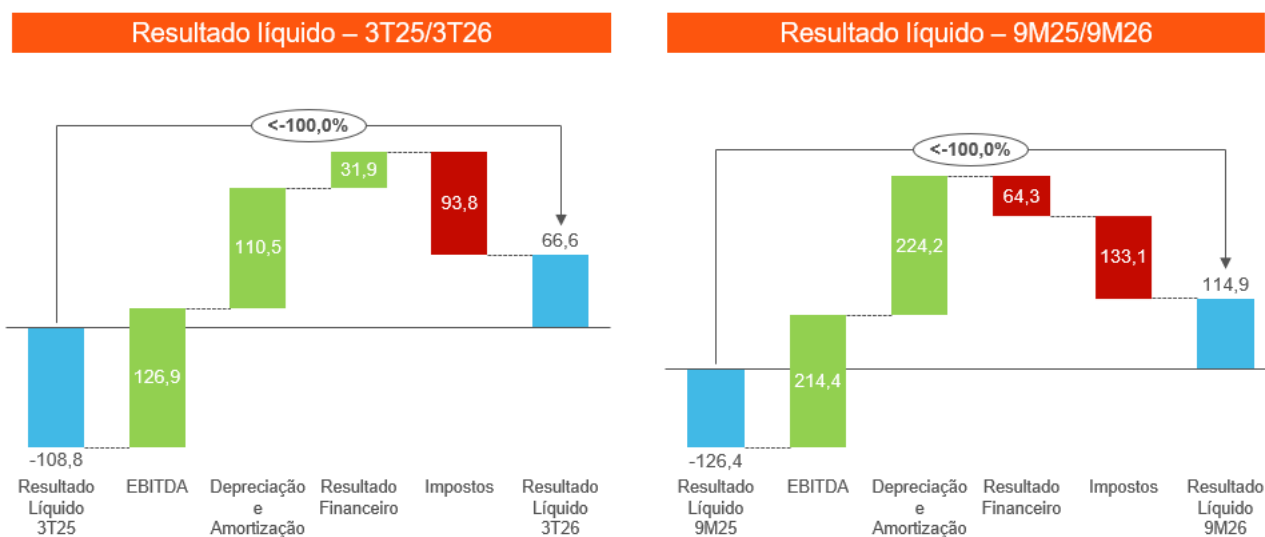
- **Aumento de R\$ 66,5 milhões na receita** com atualização líquida de ativos e passivos financeiros setoriais, associado à constituição de CVA ativa;

- **Redução de R\$ 34,8 milhões** nas despesas com atualização de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, associada à redução do número de processos com perda provável e dos pagamentos referentes a esses processos.

Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos de despesas:

- **Aumento de R\$ 72,5 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, cujas principais variações foram:
 - redução de **R\$ 26,7 milhões** na receita com atualização de créditos tributários. O reconhecimento de créditos tributários em dezembro de 2024 elevou a atualização monetária nos 9M25, efeito que não se repetiu nos 9M26;
 - aumento de **R\$ 34,2 milhões** nos custos de antecipação de parte dos créditos homologados referentes ao subsídio da CDE;
 - aumento de **R\$ 12,7 milhões** relativo ao PIS/COFINS sobre a receita financeira, associado ao crescimento da receita financeira total entre os períodos.
- **Aumento de R\$ 20,8 milhões** nos encargos relacionados ao fundo de pensão, decorrente da atualização das premissas atuariais para refletir mudanças nas condições de mercado.

Resultado Líquido



A Companhia registrou **lucro líquido de R\$ 66,6 milhões** no 3T26, o que representa uma melhora de R\$ 175,4 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 108,8 milhões apurado no 3T25. Essa evolução decorre principalmente de:

- aumento de R\$ 126,9 milhões do EBITDA** no período, decorrente de impacto positivo relacionado à atualização de parâmetros e premissas na mensuração das perdas associadas às contas a receber de clientes;
- redução de R\$ 110,5 milhões nas despesas de depreciação e amortização**, em decorrência do efeito da revisão extraordinária da vida útil regulatória de determinados ativos, concluída em dezembro de 2025. A extensão dos prazos de amortização reduziu o montante reconhecido nessa rubrica, efeito que permanecerá ao longo de 2026 e será integralmente anualizado a partir do 4T26;
- melhora do resultado financeiro em R\$ 31,9 milhões** decorrente principalmente da redução das despesas financeiras líquidas não relacionadas à dívida.

Tais impactos positivos foram compensados parcialmente pelo efeito negativo em impostos relacionado à maior base de cálculo no trimestre versus mesmo período do ano anterior.

No acumulado dos nove meses de 2026, a Companhia registrou **lucro líquido de R\$ 114,9 milhões**, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 126,4 milhões apurado no mesmo período do ano anterior.

O desempenho segue, em linhas gerais, a mesma tendência observada no trimestre, refletindo principalmente o **crescimento do EBITDA e a redução das despesas de depreciação e amortização**. Em contrapartida, o resultado foi parcialmente impactado pela rubrica de imposto de renda e contribuição social, que apresentou uma

variação negativa de R\$ 133,1 milhões em relação aos 9M25, decorrente principalmente do menor reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos 9M26. Essa redução está relacionada, sobretudo, ao maior crescimento da atualização do ativo financeiro da concessão, impulsionado pela proximidade do término da concessão, reduzindo a base para constituição de ativos fiscais diferidos quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Table with 7 columns: Metric, 3T26, 3T25, Var. %, 9M26, 9M25, Var. %. Rows include: Dívida bruta (R\$ mil), Dívida com Terceiros, Dívida Intercompany, (-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil), Dívida líquida (R\$ mil), Dívida Bruta / EBITDA(2)*, Dívida Líquida / EBITDA(2)*, Dívida bruta / (Dívida bruta + PL), and Dívida líquida / (Dívida líquida + PL).

(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)+ Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

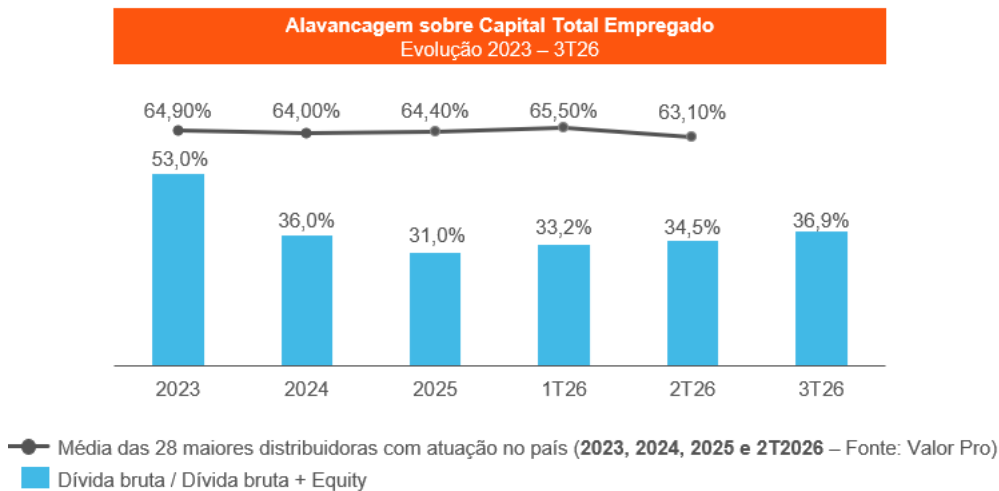
A dívida bruta da Companhia apresentou aumento de R\$ 617 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de:

- Novas captações no montante de R\$ 6.943 milhões, destinadas ao refinanciamento de dívidas, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos;
- Provisão de encargos e variações monetárias no valor de R\$ 777 milhões;
- Ajuste negativo relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 14 milhões.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Amortizações de dívidas em torno de R\$ 4.475 milhões;
- Pagamento de encargos de aproximadamente R\$ 1.042 milhões; e
- Capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.600 milhões.

A Companhia apresenta uma Alavancagem sobre o Capital Total Empregado de 36,9% no 3T26 contra 31% em 2025.



Classificação de Riscos (Rating)

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para ‘AA+ (bra)’, com perspectiva negativa.

Colchão de Liquidez

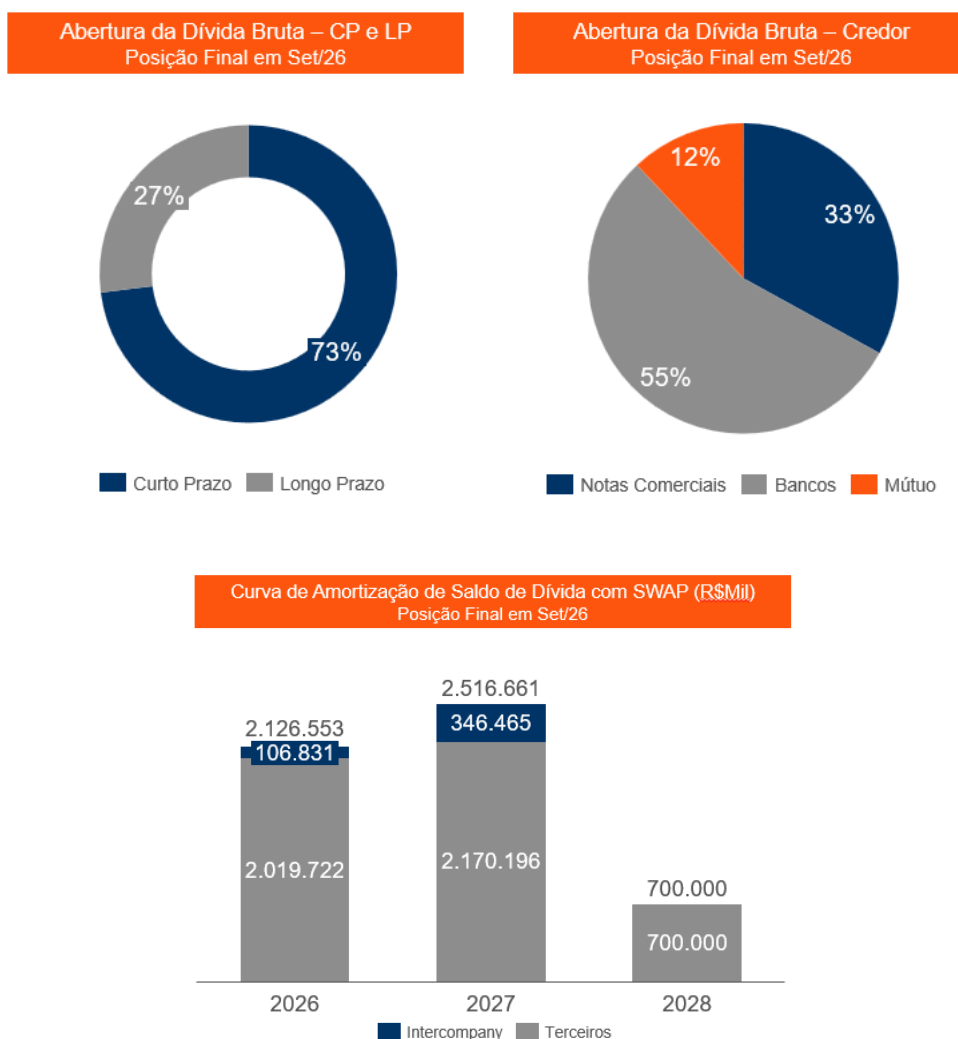
Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2026 era de R\$ 80 milhões.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

Os mútuos que venceram até o fim do 3º trimestre de 2026 foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos de 2026.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da ANEEL, caso necessário, conforme a regulamentação vigente.

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 30 de setembro de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas SA. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2 bilhões.

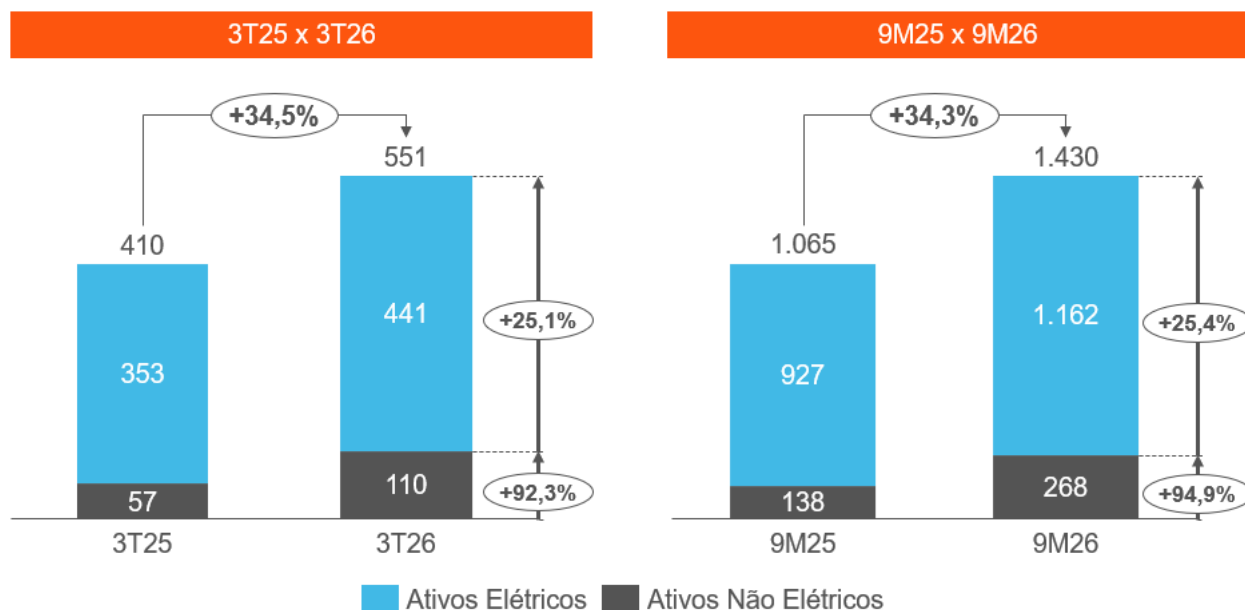


Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Manutenção	238.406	131.633	81,1%	634.901	384.402	65,2%
Crescimento	113.327	154.833	-26,8%	325.750	332.559	-2,0%
Novas Conexões	197.505	118.049	67,3%	454.041	329.568	37,8%
Financiado pela Companhia	549.238	404.515	35,8%	1.414.692	1.046.529	35,2%
Financiado pelo Cliente	1.953	5.306	-63,2%	15.594	18.070	-13,7%
Total	551.191	409.821	34,5%	1.430.285	1.064.598	34,3%

Ativos Elétricos e Não Elétricos



No 3T26, a Companhia investiu R\$ 551,2 milhões, aumento de 34,5% em relação ao 3T25 (R\$ 409,8 milhões).

Entre os investimentos do trimestre, destacam-se: (i) R\$ 238,4 milhões em manutenção, dos quais R\$ 105,4 milhões em manutenção corretiva; e (ii) R\$ 113,3 milhões em crescimento, incluindo os programas de Confiabilidade no Desenvolvimento (R\$ 28,1 milhões), Qualidade, voltado à melhoria dos serviços (R\$ 36,4 milhões), Telecontrole (R\$ 29,6 milhões) e redução de perdas não técnicas, com investimentos fundamentados em avaliações técnicas e inspeções de fraude (R\$ 9,6 milhões).

Nos 9M26, os investimentos totalizaram R\$ 1,4 bilhão, aumento de 34,3% em relação aos 9M25. Entre os principais investimentos do período, destacam-se R\$ 634,9 milhões em manutenção e R\$ 454,0 milhões em novas conexões.

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Distribuição Rio se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas pautados em **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environmental, Social and Governance*) e a Agenda 2030 da ONU fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade e são direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada em fontes renováveis de geração. Dessa maneira, buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados da escuta de diversas partes interessadas e da avaliação dos impactos, riscos e oportunidades ESG. A partir disso, os objetivos são definidos e desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazos, compondo o Plano de Sustentabilidade da empresa. O plano é revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração da Enel Brasil, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel Rio abrange o ciclo 2026-2028 e estabelece objetivos ESG específicos em três pilares temáticos: dois ambientais, voltados a Mudanças Climáticas e Capital Natural, e um social, com foco na Transição Justa e Inclusiva. De forma transversal, um modelo de Governança Sólida garante as melhores e mais atuais práticas de integridade, transparência e gestão relacionadas ao respeito aos direitos humanos. Os Aceleradores de Crescimento — inovação, digitalização e economia circular — fortalecem a estratégia do Grupo.

Em relação às metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas — Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento dos requisitos legais e ambientais pelas empresas parceiras da Enel, e o programa ECoS — Extra-checking on site, que verifica o desempenho ambiental dos processos da Enel. Esses programas integram o Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001.

A fim de contribuir para uma transição energética justa e inclusiva e gerar valor compartilhado para a sociedade e as comunidades locais, em especial as de maior vulnerabilidade social, a Companhia mantém o programa Enel Compartilha. O programa inclui projetos socioambientais voltados à eficiência energética, à economia circular, à educação para o consumo consciente e seguro de energia, à cidadania, à geração de renda e à empregabilidade.

Até o final do terceiro trimestre de 2026, a Enel Distribuição Rio investiu R\$ 23 milhões e beneficiou 145 mil pessoas por meio de 62 iniciativas. Entre os destaques do período, estão os seguintes projetos do programa Enel Compartilha:

Enel Rio promove fórum e reúne lideranças comunitárias – ODS 17

Em julho, o projeto Enel Compartilha Liderança em Rede promoveu seu fórum anual, reunindo 60 líderes comunitários de 12 regiões do Rio de Janeiro para discutir desenvolvimento territorial, esporte e inclusão social. Iniciativa da Enel Brasil, o projeto fortalece o relacionamento entre a concessionária e as comunidades por meio da atuação e do apoio das lideranças comunitárias. O evento fortaleceu as parcerias com instituições, iniciativas e lideranças de referência na promoção da inclusão social, do esporte e do desenvolvimento comunitário, como a Central Única das Favelas - CUFA, o Craque do Amanhã e a Escola de Lutas Jose Aldo destacando o papel das lideranças na mobilização dos territórios e na construção de redes de apoio. Além dos painéis, os participantes visitaram o Centro de Operações da Enel Rio.

Enel Rio fica entre as líderes em inscrições na ONEE 2026 – ODS 4

A Enel Rio alcançou 27.077 estudantes cadastrados nas Olimpíadas Nacionais de Eficiência Energética - iniciativa que promove educação sobre eficiência energética, uso seguro e consciente da energia elétrica e sustentabilidade. O resultado foi impulsionado pela parceria com a Secretaria Estadual de Educação e diversas secretarias municipais e escolas privadas, além do engajamento e da sinergia entre áreas da empresa e projetos sociais. A estratégia foi reforçada por 96 blitzes educacionais e ações de comunicação digital direcionadas a professores, alunos e parceiros.

Enel Rio divulga resultado preliminar da Chamada Pública e movimenta projetos de Eficiência Energética – ODS 7

Entre julho e setembro, o Programa de Eficiência Energética da Enel Rio concluiu e iniciou sete projetos de Chamadas Públicas, viabilizados com recursos do Programa de Eficiência Energética da ANEEL. Em Petrópolis, foram iniciadas obras de eficiência energética no Hospital Municipal Alcides Carneiro, com modernização dos sistemas de climatização e iluminação e geração solar, investimento de R\$ 730 mil e economia anual estimada em R\$ 200 mil. Também foram concluídos projetos de modernização da iluminação pública em Itaocara (R\$ 700 mil), Italva (R\$ 570 mil) e Campos dos Goytacazes (R\$ 540 mil), e iniciadas ações em Macuco (R\$ 820 mil) e Cantagalo (R\$ 470 mil). Na Santa Casa de Caridade de Cantagalo, foram iniciadas ações de geração solar e modernização da climatização, no valor de R\$ 815 mil. Em setembro, a Enel Rio divulgou ainda o resultado preliminar da Chamada Pública de Projetos 2026, que disponibilizará R\$ 8 milhões para novos projetos em sua área de concessão. Foram inscritos 20 projetos, que pleitearam cerca de R\$ 22 milhões.

Enel troca geladeiras em 5 municípios – ODS 7

Em agosto, o Enel Compartilha Eficiência beneficiou mais de 900 famílias e substituiu 300 geladeiras em cinco municípios, com apoio de prefeituras, PROCON e lideranças comunitárias. Em Niterói, a ação contemplou 41 famílias de funcionários da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN. A iniciativa promove eficiência energética, redução do consumo e economia para famílias vulneráveis, com previsão de 3 mil geladeiras substituídas até o fim de 2026.

Programa Bônus Eficiente encerra campanha de vendas – ODS 7

Em agosto, o Programa Bônus Eficiente encerrou sua campanha no Rio com a venda de 1.537 equipamentos em 38 municípios, em parceria com a NovoLare. A iniciativa estimula clientes residenciais a economizar energia e promove a economia circular, com descarte ambientalmente correto dos equipamentos antigos. Como contrapartida social, arrecadou R\$ 284 mil, que serão destinados a projetos sociais da Central Única das Favelas - CUFA, ampliando os benefícios para as comunidades em vulnerabilidade social da área de concessão.

Indicadores ASG - Enel Rio

Indicadores

	3T26	3T25
Colaboradores Próprios (Unid)	3.263	2.354
Colaboradores terceirizados (Unid)	10.560	10.303
% de mulheres na Empresa	10,7%	12,0%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	18,0%	19,8%
Taxa de Rotatividade (2)	9,8%	7,3%
Número de membros no conselho (Unid)	5	5
% de mulheres no conselho	20,0%	20,0%
Beneficiados pelos projetos sociais**	145.024	98.637
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100,0%	99%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	92,0%	83%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)	9	8
Realização de ECoS Ambiental (4)	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2026: 11; (4) Meta 2026: 1

**Nota sobre o número de beneficiados pelos projetos sociais: A Companhia considera, na apuração, tanto os beneficiados diretos quanto os indiretos, refletindo o alcance ampliado de suas iniciativas.

No 4T25, houve uma mudança nos critérios de apuração de beneficiados, realizada no âmbito da Holding, que aumentou significativamente a contabilização de beneficiados indiretos. Esses beneficiados são estimados com base em métricas específicas que consideram o impacto das ações sobre as famílias e o investimento financeiro associado aos projetos. A mudança expandiu o número de categorias de projetos, acompanhando o aumento do escopo e do volume de investimentos da Companhia.

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública de sua Diretoria realizada em 10 de março de 2026, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual de 2026, a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, conforme a Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

O Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi aprovado com índice de +7,05%, composto por: (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% da Parcela A e +0,93% da Parcela B; e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário, de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	+2,43%
Energia comprada	+1,15%
Encargos de transmissão	+0,93%
Receita irrecuperável	+0,28%
Parcela A	+4,79%
Parcela B	+0,93%
Reajuste econômico	+5,72%
CVA total	+5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	+1,33%
Índice de reajuste total	+7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	+8,41%
Efeito para o consumidor	+15,46%

O reajuste tarifário médio de +15,46% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+19,94%
Baixa Tensão	+14,23%
Efeito Médio	+15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.601 milhões. Uma variação de +14,5% em relação ao processo anterior, representando +2,43% no reajuste econômico;
- Custos de Aquisição de Energia: R\$ 2.775 milhões. O aumento de +3,6% decorre principalmente do aumento do custo unitário dos contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,44% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia de +0,28%; e
- Custos de Transmissão: R\$ 1.175 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +7,01%, correspondendo a um efeito de +0,93% no reajuste econômico, devido à redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 111 milhões, entre os quais se destacam:

- (i) R\$ 477 milhões positivos, referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA");
- (ii) previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 220 milhões;
- (iii) recomposição de diferença positiva de cobertura CDE GD de R\$ 106 milhões;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes efeitos negativos:

- (iv) R\$ 499 milhões referentes a créditos de PIS/COFINS;
- (v) R\$ 186 milhões relativos à reversão de risco hidrológico;

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Os acréscimos das bandeiras tarifárias são os seguintes:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24, os acréscimos dos dois patamares são de R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

A bandeira tarifária vigente no mês de janeiro foi verde, graças à manutenção do volume de chuvas e do nível dos reservatórios das usinas, não sendo necessário despachar as usinas termelétricas no mesmo nível do mês anterior. A bandeira verde também se manteve nos meses de fevereiro a abril de 2026.

A partir de maio de 2026, com o início do período seco e volumes de chuva abaixo das projeções do ONS, a ANEEL acionou a bandeira tarifária amarela, mantida até setembro de 2026, refletindo o maior despacho térmico requerido para o atendimento à carga.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2025 e 2026, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2026	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	183,05	354,65	427,08	258,01	237,58	222,92	171,48	128,67	163,44			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

ANEXO 1

	3T26	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.565.461	3.613.238	-1,3%	11.200.018	10.351.893	8,2%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.695.765	2.379.073	13,3%	8.589.623	7.890.851	8,9%
CVA	243.713	651.045	-62,6%	630.212	792.402	-20,5%
Receita de Construção	493.553	362.286	36,2%	1.412.080	1.092.203	29,3%
Outras Receitas	132.430	220.834	-40,0%	568.103	576.437	-1,4%
Deduções da Receita Operacional	(1.170.102)	(1.208.390)	-3,2%	(3.620.574)	(3.379.992)	7,1%
Receita Operacional Líquida	2.395.359	2.404.848	-0,4%	7.579.444	6.971.901	8,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.234.262)	(1.317.629)	-6,3%	(3.749.062)	(3.557.365)	5,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(853.712)	(1.010.812)	-15,5%	(2.659.157)	(2.642.779)	0,6%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(380.550)	(306.817)	24,0%	(1.089.905)	(914.586)	19,2%
Custo/Despesa Operacional	(852.152)	(1.015.595)	-16,1%	(2.962.790)	(2.985.604)	-0,8%
Pessoal	(93.438)	(62.209)	50,2%	(271.565)	(178.865)	51,8%
Material	(26.820)	4.019	<-100,0%	(49.887)	(13.664)	>100,0%
Serviços de terceiros	(154.075)	(196.469)		(534.861)	(549.306)	
Depreciação e amortização	(148.249)	(258.714)	-42,7%	(489.998)	(714.277)	-31,4%
Provisões	163.475	(100.668)	<-100,0%	97.756	(256.705)	<-100,0%
Custo de construção	(493.553)	(362.286)	36,2%	(1.412.080)	(1.092.203)	29,3%
Outros	(81.769)	(31.346)	>100,0%	(261.696)	(116.955)	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(17.723)	(7.922)	>100,0%	(40.459)	(63.629)	-36,4%
EBITDA	457.194	330.338	38,40%	1.357.590	1.143.209	18,75%
EBIT	308.945	71.624	>100,0%	867.592	428.932	>100,0%
Resultado Financeiro	(225.921)	(257.855)	-12,4%	(760.893)	(696.607)	9,2%
Receita Financeira	194.872	34.838	>100,0%	409.727	129.074	>100,0%
Despesa Financeira	(421.245)	(292.772)	43,9%	(1.171.796)	(823.050)	42,4%
Variações Cambiais	452	79	>100,0%	1.176	(2.631)	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	83.024	(186.231)	<-100,0%	106.699	(267.675)	<-100,0%
IR/CS	(16.377)	77.430	<-100,0%	8.257	141.314	-94,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	66.647	(108.801)	<-100,0%	114.956	(126.361)	<-100,0%